

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO**

Alexandre Ricardo Pessler

**A BIBLIOTECA PÚBLICA DIGITAL:
DIREITO AUTORAL E ACESSO NA SOCIEDADE
INFORMACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito, Programa de Mestrado, do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Wachowicz

Florianópolis

2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

P475b Pesserl, Alexandre Ricardo

A biblioteca pública digital [dissertação] : direito
autoral e acesso na sociedade informacional / Alexandre
Ricardo Pesserl ; orientador, Marcos Wachowicz. -
Florianópolis, SC, 2011.

180 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-
Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. Direitos autorais. 3. Tecnologia - Aspectos
sociais. 4. Bibliotecas digitais. I. Wachowicz, Marcos. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Direito. III. Título.

CDU 34

Alexandre Ricardo Pessler

**A BIBLIOTECA PÚBLICA DIGITAL:
DIREITO AUTORAL E ACESSO NA SOCIEDADE
INFORMACIONAL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Direito, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Direito.

Florianópolis, 31 de agosto de 2011

Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Wachowicz
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Silva Adolfo
Universidade Luterana do Brasil

Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel
Universidade Federal de Santa Catarina

Para Ana e Chico, pelo que veio; e
para Pedro e Olívia, pelo que virá.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de pesquisas, leituras, dúvidas e vivências que não seriam possíveis sem a ajuda, companheirismo e compreensão de muitas pessoas; tive auxílios fundamentais nesta jornada, e minhas dívidas com estas pessoas são enormes. Minha mãe me despertou o gosto pela leitura e me ensinou a questionar a “regra pela regra”, atitude que, se não é a mais fácil para atravessar a vida, me ajuda a dormir em paz com meu travesseiro. Meu pai sempre buscou, através do exemplo, nos mostrar que a vantagem ganha sem a ética não é justa, e não é digna. Estas duas atitudes são de grande valia na pesquisa científica, na qual o imperativo ético exige a retidão moral absoluta em prol das conclusões que cremos adequadas. Ana e Chico, muito obrigado pelo amor incondicional.

Marcos Wachowicz, muito mais que um orientador, amigo que me incentivou a canalizar meu pensamento para a academia, e me deu rédeas soltas para o desenvolvimento do tema escolhido; muito além da mera relação aluno-mestre, verdadeiro professor, incansável na promoção de uma propriedade intelectual equilibrada e que contemple o interesse público. Quando comparo meus textos e opiniões atuais com aquelas que tinha antes da experiência deste mestrado, verifico um amadurecimento e aprofundamento na argumentação que deve muito à sua influência. Tenho muito orgulho de ser seu aluno, e de fazer parte do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação (GEDAI), sob sua tutela.

De um início modesto, o GEDAI é hoje uma das mais ativas fontes de pesquisa sobre esta temática no Brasil, e isto se deve sobretudo ao fato de que o Marcos sempre fez questão de prestigiar os alunos – inclusive graduandos e estagiários (carinhosamente chamados de “pepês”, ou “pouca prática”) – pondo-os em contato direto com os maiores especialistas mundiais na matéria, promovendo eventos e envolvendo-os ativamente nos mesmos, participando ativamente das discussões no contexto da reforma da Lei de Direitos Autorais – enfim, perdi a conta das mesas moderadas, dos debates, das viagens, dos contatos e das oportunidades a que tive acesso nestes últimos anos.

Viagens, congressos e afins que foram também excelentes oportunidades de convívio com meus colegas do GEDAI: Helô, Amanda e Guilherme (keep on rocking!), da “primeira geração”, e as bem-vindas adições de Christiano, Rangel, Sarinha, Karen, e Gabi. É principalmente fora da sala de aula que aprendemos a conhecer e valorizar os amigos. Muito obrigado a todos. Outra das grandes aquisições que este mestrado me propiciou foi a amizade incondicional de alguns colegas do programa, e outros habitantes desta ilha, que vou levar para a vida. Fábio e Carol, Letícia, Bruna, André, Marcelo, Chico, João e tantos outros, vocês moram no coração.

Também é necessário tornar pública minha dívida intelectual com alguns professores, que me inspiraram sobretudo; Denis Borges Barbosa, que com seu saber enciclopédico primeiro me alertou sobre o alcance e as implicações da decisão da OMC que utilizo como base para as principais conclusões desta pesquisa; Guilherme Carboni e Allan Rocha de Souza, que com suas obras sobre a função social da propriedade intelectual consolidaram uma vertente doutrinária de inclusão do domínio e interesse público na questão do direito autoral; e o grande mestre José de Oliveira Ascensão, verdadeiro humanista no sentido mais amplo da palavra, de absoluta elegância e rigor em suas lições.

Institucionalmente, registro meu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, pela

oportunidade concedida para a realização do mestrado, bem como aos funcionários da casa, sempre prestativos e solidários com nossos pleitos. Agradeço ainda à CAPES pela concessão da bolsa que possibilitou a pesquisa.

Agradeço também quem neste período me ajudou – e muito – nas questões práticas, do dia-a-dia, da vida pessoal; cuidar de filhos, driblar as contas, ouvir queixas, enfim, o apoio da família. Madi, Úli, Cláudio, Bruno, Thaís, Camila e Cláudia: muito obrigado pela paciência e compreensão. Este trabalho também é de vocês. E um agradecimento muito especial para Verônica, que me dá a força e o incentivo para me superar.

*For out of old fields, as men say,
Comes all this new corn from year to year;
And out of old books, in good faith,
Comes all this new science that men hear.*

*The Parliament of Fowls
Geoffrey Chaucer, circa 1382*

Books constitute capital. A library book lasts as long as a house, for hundreds of years. It is not, then, an article of mere consumption but fairly of capital, and often in the case of professional men, setting out in life, it is their only capital.

Thomas Jefferson, Carta a James Madison, 16 de julho de 1821

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa é a análise do estatuto jurídico das bibliotecas pelo prisma do direito autoral, com ênfase no papel exercido pela biblioteca pública como instrumento de acesso à cultura e à informação, e como é possível manter esta missão no ambiente digital. O primeiro capítulo da pesquisa apresenta, a partir da doutrina selecionada, conceitos sobre a sociedade informacional e suas relações com o Direito. Traz ainda as bases normativas do princípio do acesso à informação, em diversos níveis, bem como iniciativas filosóficas e auto-regulatórias para organização de informações técnicas ou intelectuais. O segundo capítulo descreve o funcionamento do sistema internacional de direitos autorais e traça um panorama de seus limites, com ênfase para as interpretações de organismos multilaterais. Por fim, o terceiro capítulo apresenta um histórico das bibliotecas e de suas bases jurídicas e normativas, observações sobre os institutos da digitalização e disponibilização de obras por bibliotecas, bem como apresenta algumas propostas legislativas no nível internacional, com as conclusões encontradas.

Palavras Chaves: Bibliotecas, Direito autoral, Acesso à cultura, Acesso à informação, Bibliotecas digitais

ABSTRACT

The main objective of this research is the analysis of the legal status of libraries through the prism of copyright, emphasizing the role played by the public library as a means of access to culture and information, and how to sustain this mission in the digital environment. The first chapter brings some instrumental concepts from the selected doctrine, regarding the informational society and its relations with the law. It also presents the normative basis of the principle of access to information at various levels, as well as philosophical or self-regulatory initiatives for access to technical or intellectual information. The second chapter describes the operation of the international copyright system and presents an overview of its limits, with emphasis on the interpretations of multilateral organisms. Finally, the third chapter presents a history of libraries and its legal basis and regulations, with comments on the institutes of digitization and making available of works by libraries, and examines some legislative proposals for libraries limitations at the international level, with the conclusions found.

Keywords: Libraries, Copyright, Access to Culture, Access to information, Digital Libraries

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Municípios brasileiros com bibliotecas – 1999. IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2005.....p. 118

Figura 02 – Municípios brasileiros com bibliotecas – 2005. IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2005.....p. 119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrelivros	Associação Brasileira dos Editores de Livros
CBL	Câmara Brasileira do Livro
GBS	Google Book Search
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDA	Lei de Direitos Autorais
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OSRD	Office of Scientific Research and Development
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
Relatório LDA	Relatório de Análise das Contribuições ao Anteprojeto de Modernização da Lei de Direitos Autorais do Ministério da Cultura
TRIPs	Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
SCCR	Standing Committee on Copyright and Related Rights
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
WBU	World Blind Union
WCT	Tratado Mundial de Copyright
WTO	World Trade Organization

SUMÁRIO

Introdução.....	01
1. SOCIEDADE INFORMACIONAL E O PRINCÍPIO DO ACESSO À INFORMAÇÃO	
1.1 Sociedade Informacional.....	05
1.1.1 Terminologia.....	07
1.1.2 Teoria Cibernética e Acesso à Informação.....	10
1.1.3 Ciberespaço e Controle.....	14
1.2 Sociedade Informacional e Direito.....	17
1.2.1 Produção Social e Transformação Criativa.....	20
1.2.2 Controle e Padrões Abertos.....	31
1.3 O Princípio do Acesso à Informação.....	37
1.3.1 Informações Públicas.....	39
1.3.2 Acesso Aberto.....	52
2 DIREITO AUTORAL E LIMITES	
2.1 Direito Autoral.....	58
2.1.1 Tutela Internacional.....	61
2.1.2 Direitos Autorais como Direitos Humanos e Recepção Interna.....	62
2.1.3 Proteção Constitucional dos Direitos Autorais.....	67
2.1.4 A Convenção de Berna.....	72
2.1.5 O Acordo TRIPs.....	74
2.1.6 Outros Instrumentos Internacionais.....	76
2.1.7 Direito Interno.....	80
2.2 Limites do Direito Autoral.....	81
2.2.1 Limites Intrínsecos.....	83
2.2.2 A Regra dos Três Passos.....	85
2.2.3 Prejuízo Injustificado.....	87
2.2.4 Aplicação Direta no Ordenamento Interno.....	89
2.2.5 Uso Privado.....	92
2.2.6 Acesso às Obras.....	94
2.2.7 Domínio Público como Regra.....	96
2.2.8 Limites Extrínsecos.....	99
3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DIGITAIS	
3.1 Bibliotecas Públicas.....	104
3.1.1 Origens.....	105
3.1.2 Usuários e Acesso.....	109
3.1.3 Limites Intrínsecos para Bibliotecas.....	111

3.1.4 Biblioteconomia e Bibliotecários.....	115
3.1.5 Marcos Legais e Políticas Públicas.....	116
3.2 Bibliotecas Digitais.....	124
3.2.1 Digitalização.....	128
3.2.2 Disponibilização.....	133
3.2.3 Propostas Legislativas.....	136
Considerações Finais.....	139
Bibliografia.....	145